

MEMÓRIAS DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLI

**J. P. da Costa Leite (Lumbrales) e a
teoria económica das crises em
Portugal no contexto da Grande
Depressão**

JOSÉ LUÍS CARDOSO



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2020

J. P. da Costa Leite (Lumbrales) e a teoria económica das crises em Portugal no contexto da Grande Depressão¹

José Luís CARDOSO²

A presente comunicação não visa uma abordagem de conjunto da obra do professor e político João Pinto da Costa Leite (Lumbrales). Nesta Academia, muitos são os que privaram com a pessoa e conheceram de perto a acção por ele desenvolvida como Professor de economia política na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, ou como membro de governo, e que, naturalmente, estão melhor habilitados para falar com conhecimento de causa sobre as múltiplas facetas da sua carreira.

Recorde-se que o seu percurso público se iniciou na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, sucedendo a António Oliveira Salazar na regência das cadeiras de economia política e de finanças públicas. Desempenhou funções breves como subsecretário de Estado das Finanças entre 1929-1930, e regressou ao ensino na Universidade de Coimbra, onde se manteve até 1934. Foi neste período que obteve a sua cátedra, tendo apresentado a concurso a obra que irei analisar seguidamente. Em 1934 iniciou uma carreira política como membro de sucessivos governos de António Salazar, que com ele mantinha relação privilegiada de confiança pessoal e política (1934-37: subsecretário de Estado das Finanças; 1937-40: Ministro do Comércio e Indústria; 1940-1950: Ministro das Finanças; 1950-55: Ministro da Presidência).

Regressou ao ensino de matérias de economia política em 1955 na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, da qual foi Director. Foi ainda dirigente

¹ Esta comunicação, apresentada na sessão da Classe de Letras de 10 de Fevereiro de 2011, foi publicada em versão ligeiramente adaptada com o título “A teoria económica das crises na obra de J. P. da Costa Leite (Lumbrales)”, in Carlos Gaspar, Fátima Patriarca e Luís Salgado de Matos (orgs.), *Estado, Regimes e Revoluções. Estudos em Homenagem a Manuel de Lucena*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012, 127-144. Reitero a homenagem a Manuel de Lucena, dedicando este texto em sua memória (Março 2015).

² Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

destacado de diversos organismos e instituições do Estado Novo (Legião Portuguesa, União Nacional e Câmara Corporativa). Para além das suas lições de economia política em Coimbra (1934) e Lisboa (1963-1966), publicou diversas obras, designadamente: *Organização Bancária Portuguesa* (1927); *Ensaio sobre a Teoria das Crises Económicas* (1933); *A Doutrina Corporativa em Portugal* (1936); *Economia de Guerra* (1943); e *Problemas Monetários do Após Guerra* (1964). Enfim, uma carreira rica e diversificada de que apenas registo um breve, mas significativo, apontamento.

1. INTRODUÇÃO

Os primeiros anos da década de 1930 revestem um significado muito especial para a história da ciência económica em Portugal. Foi nesses anos que foram publicadas três importantes contribuições que deram nova vitalidade a uma disciplina que emergiu do lugar subalterno que lhe era concedido nas Faculdades de Direito das Universidades de Coimbra e de Lisboa. Com efeito, as obras de Marcello Caetano (1931), J.J. Teixeira Ribeiro (1932) e J.P. da Costa Leite (1933) prestaram um serviço inestimável ao desenvolvimento da economia como disciplina científica no nosso país.

A presente comunicação ocupa-se da temática subjacente à terceira dessas obras, dedicada ao problema das crises, das flutuações e dos ciclos económicos. Após uma breve apresentação de autores precursores neste tipo de análise em Portugal, no século XIX e primeiras duas décadas do século XX, o texto centra-se no autor do livro mais importante que sobre o tema foi publicado em Portugal. O objectivo essencial deste texto é, por isso, resgatar do esquecimento ou desconsideração uma obra reveladora de qualidades de análise económica raras vezes demonstradas no nosso país ao longo da primeira metade do século XX.

O livro de Costa Leite foi escrito no contexto da Grande Depressão, não podendo ignorar os efeitos e impactos que em Portugal tiveram o *crash* da Bolsa de Nova Iorque e suas sequelas imediatas, durante os anos de 1929 a 1933. Apesar de o seu registo de análise revestir preocupação eminentemente teórica, Costa Leite foi certamente motivado pela oportunidade de um estudo que ajudava a compreender um fenómeno de difícil entendimento. Neste sentido, o seu trabalho revela uma perspicácia semelhante à de muitas outras obras produzidas no

contexto internacional que presidiu à renovação profunda que então atravessou a ciência económica de matriz neoclássica.

Neste seu livro, Costa Leite não demonstra nenhum interesse em participar nos debates políticos sobre as condições que propiciavam as respostas internas mais adequadas para se minorarem os efeitos da crise internacional. Mas não ignorava, por certo, as consequências que poderiam resultar de uma eficaz gestão da conjuntura de crise. Tivera oportunidade de conhecer por dentro os processos de administração financeira do Estado, pois desempenhou entre 1929 e 1930, justamente no período de eclosão da crise internacional, o cargo de subsecretário de Estado das Finanças, colaborando muito de perto com o Ministro das Finanças António de Oliveira Salazar. Noutros textos mais tarde publicados (Leite 1936), ele próprio viria a revelar a sua faceta de intrépido defensor de um regime político que beneficiou em larga medida da situação de séria emergência vivida no início da década de 1930.³

2. ALGUNS PRECURSORES NA ABORDAGEM DAS CRISES ECONÓMICAS EM PORTUGAL

A literatura económica portuguesa do século XIX oferece escassos exemplos de reflexão sobre o fenómeno das crises cíclicas e sobre a ocorrência de situações de estagnação económica originadas por sobreprodução ou sub-consumo. Um desses exemplos é dado por Francisco Solano Constâncio que acompanhou de perto a polémica em torno da lei dos mercados de Jean-Baptiste Say que na época foi sobretudo contestada por Thomas Malthus. Recorde-se que o que estava então fundamentalmente em causa era a questão de saber se todos os produtos colocados no mercado encontram sempre nesse mercado outros produtos que são dados em troca (como pretendia Say), ou se poderiam ocorrer insuficiências da procura

³ São conhecidas e estão suficientemente documentadas as consequências que deste período resultaram para a criação das bases de um novo regime político de cariz autoritário em Portugal, assim como para a edificação da estrutura institucional e económica do Estado Novo. Conforme notou Manuel Lucena: “Prosseguindo no esforço financeiro, 1930 foi o ano em que ele [Salazar] emergiu como chefe político da ditadura e guia do processo que havia de lhe pôr termo” (Lucena 2000, 330). Sendo diferente o objecto de atenção deste ensaio, deve no entanto assinalar-se que a análise das crises no plano da teoria económica não esquece a incidência política do fenómeno.

que originavam uma acumulação prolongada de produtos em excesso no mercado. Na pegada de Sismondi, Constâncio aproveitou o debate, não só para criticar a visão de J.-B. Say, mas também para fazer valer as suas observações críticas em relação ao sistema de propriedade e de distribuição de riqueza das economias mais avançadas (Constâncio 1821).

Outro autor merecedor de destaque é J. A. da Silva Cordeiro, pelo papel precursor que teve na identificação dos diferentes tipos de crises (económicas, financeiras, fiduciárias, bancárias, sociais, políticas e morais), na definição das suas características básicas e dos factores que as determinam. Para este autor, importava sobretudo chamar a atenção para os aspectos e implicações morais das crises. Escrevendo no rescaldo da forte crise financeira que abalou a economia portuguesa no início da década de 1890, afirmou que “Um dos caracteres que a crise económica reveste por toda a parte ainda hoje, é que ela volve-se logo em crise moral, avivando antíteses profundas da natureza humana, talvez irredutíveis na actual organização social, seja qual for a forma de governo” (Cordeiro 1896, 402). Alinhando pelo mesmo tipo de abordagem sobre o carácter moral das crises, e motivado pela mesma complexa conjuntura de 1891, Francisco José Teixeira Bastos produziu um conjunto significativo de textos de maior pendor político, apostado que estava em demonstrar a superioridade das soluções a cumprir por um futuro governo republicano. Fiel ao ideário positivista comtiano, Teixeira Bastos considera que a reorganização económica e financeira pressupunha o restabelecimento da ordem no plano ético e espiritual. A educação cívica e a instrução pública, ou seja, a preparação interior no plano dos valores e do conhecimento, seriam os primeiros passos a dar nessa caminhada que só poderia ser plenamente satisfeita com a própria modificação do regime monárquico constitucional (Bastos 1894).⁴

Com preocupações de sistematização académica, assinala-se a obra que Ruy Ulrich dedicou ao tema, na qual procede a uma descrição histórica das crises económicas em Portugal que agrupa em três categorias: crises agrícolas, crises industriais e crises de circulação (Ulrich 1902). A abordagem estende-se de meados do

⁴ Estas abordagens enquadram-se num movimento mais amplo de reflexão sobre a crise portuguesa que ultrapassa os contornos económicos aqui esboçados e que, naturalmente, não constitui objecto de atenção do presente texto. Para a uma visão de conjunto sobre as reflexões de âmbito político, cultural e civilizacional que o tema da crise suscitou em Portugal nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX (da Geração de 70 a Pessoa e Pascoaes), numa perspectiva que cruza elementos de definição da identidade portuguesa e constantes da vida colectiva nacional, cf. Chorão 2009, 27-61.

século XII aos finais do século XIX e a técnica expositiva ensaiada limita-se a indicar sinais reveladores de alguma perturbação no funcionamento dos mecanismos económicos. Todavia, vale a pena notar que a exposição histórica é antecedida de uma longa introdução em que Ulrich apresenta algumas noções básicas sobre as crises, sua periodicidade, grau e natureza, suas causas e formas de as minorar. A sua exposição sobre o conceito de crise, que define como “momento de perturbação resultante do desequilíbrio entre a produção e o consumo ou da desigualdade entre as importações e as exportações dum país ou dos abusos do crédito” (Ulrich 1902, xxviii), revela forte influência da obra de Clément Juglar (1862).

Apesar de os temas das flutuações, ciclos ou crises económicas serem de tratamento frequente nos compêndios de economia política publicados na Europa e nos EUA nos finais do século XIX, é interessante assinalar que o mais influente professor de economia política da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, J. F. Marnoco e Sousa, não dedicou a tais temas tratamento autónomo e sistematizado nos diversos manuais de ensino que produziu ao longo da sua carreira. Num raro momento em que o assunto lhe merece breve apontamento, considera que as crises assentam a sua origem na perda de confiança do público em relação aos mecanismos de crédito numa economia capitalista. E explica que “se esta confiança desaparece, por qualquer circunstância, manifesta-se uma crise, procurando todos moeda metálica, quando ela se torna insuficiente para as necessidades de circulação” (Sousa 1907, 418). Trata-se, por conseguinte, de uma visão assente na ideia de que as crises são fenómenos originados por um mau funcionamento do mercado monetário, de tal forma que se verifica uma procura excedentária de moeda que não pode ser satisfeita devido à escassez de meios de circulação. A situação de falta de confiança poderia ser combatida e contrariada mediante uma actuação das instituições bancárias que deveriam permitir um acesso selectivo ao crédito, num momento delicado em que o inevitável acréscimo do preço do dinheiro (ou seja, o aumento da taxa de juro) não poderia pôr em causa a indispensável dinamização de uma organização económica debilitada.⁵

⁵ A mesma ideia de que as crises são fenómenos de perda de confiança motivada por factores relacionados com o mau funcionamento da circulação monetária está presente em Cruz 1925. Abordagens ocasionais das crises como pretextos para a apresentação de programas de fomento económico e reorganização social podem ser encontradas em Campos e Jesus 1923 e em Burnay 1928.

Ainda no que se refere à análise do tema das crises em Portugal nas primeiras décadas do século xx, vale a pena referir a contribuição dada por Bento Carqueja que define as crises como “ruptura de equilíbrio entre a produção e as necessidades de consumo” (Carqueja 1926, 642), devido à incapacidade do sistema de preços, em regime de livre concorrência, regular a relação entre oferta e procura. No capítulo do seu compêndio dedicado às “limitações da produção” apresenta uma tipologia simplificada das diversas formas de crise (industrial, comercial, monetária, financeira), da sua duração e do seu âmbito de incidência (parcelar ou geral). Refere-se também às crises enquanto momento num processo de oscilação cíclica da economia, socorrendo-se fundamentalmente das obras de Clément Juglar (1862) e de Albert Aftalion (1909).

Bento Carqueja considera que os elementos centrais para o diagnóstico de uma situação de crise são a diminuição dos preços, a quebra do comércio externo e o aumento do desemprego. Mas a questão central que desenvolve nesta secção do seu livro é a dualidade na explicação teórica da ocorrência das crises, conforme se opta por considerar a crise como um fenómeno de sobreprodução ou como um fenómeno de sub-consumo. Apesar do tom didáctico e aparentemente neutro que imprime à sua escrita, Bento Carqueja parece mais crítico da explicação das crises pelo lado do sub-consumo, quer devido à insuficiência do poder de compra dos grupos sociais mais afectados pela desigualdade na distribuição da riqueza, quer devido à escassez de capitais e de poupança. Neste sentido, merece-lhe particular atenção a explicação dada por M. Tugan-Baranovsky (1913) e por Arthur Spiethoff, para quem as crises resultariam de processos de sobreinvestimento e de uma expansão exagerada de crédito para financiamento de projectos com forte componente de inovação tecnológica.

A terminar esta incursão pela abordagem teórica do tema das crises em Portugal, merecem ainda destaque dois autores que escreveram nos anos que imediatamente se seguiram ao *crash* da bolsa de Nova Iorque no final do ano de 1929. O primeiro é Marcello Caetano que na sua dissertação de doutoramento apresentada na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa descreve com minúcia as experiências de depreciação da moeda nos países europeus após a Primeira Guerra Mundial, tecendo também considerações teóricas sobre a alteração do valor da moeda (Caetano 1931). Discute o *Tract on Monetary Reform* de Keynes, segue os raciocínios de Hawtrey e de Cassel e acompanha de muito perto as

reflexões de Aftalion num dos seus últimos livros dedicados à problemática das crises (Aftalion 1927).⁶ Para Caetano, a ocorrência de crises e de alterações súbitas nos níveis de preços, aparentemente motivadas por modificações da quantidade de moeda em circulação, não deveriam fazer esquecer a essência do fenómeno da depreciação cuja origem reside nas previsões ou, utilizando uma linguagem keynesiana, nas expectativas sobre a utilidade futura da moeda que comandam a depreciação. As suas palavras são de grande clareza sobre o encadeamento do futuro na explicação do presente, numa linguagem económica fortemente inspirada na teoria psicológica de Aftalion:

Mas é necessário não esquecer que nos períodos de depreciação se cria um estado de espírito colectivo, eminentemente impressionável, que devolve transformados aos indivíduos os seus juízos e opiniões. E é, quanto a nós, essa mentalidade colectiva, onde se gera a confiança e a desconfiança, que decide da sorte da moeda. Resumindo para concluir: num período de equilíbrio económico a depreciação monetária pode resultar da inflação. Se a inflação se prolonga e a depreciação aumenta, as previsões sobre a utilidade futura da moeda, exercem um papel predominante (Caetano 1931, 194).

Ainda no domínio das abordagens de cariz universitário, o segundo autor que vale a pena referir é Lima Simões que dedicou a sua tese de doutoramento, apresentada no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras no mesmo ano de 1931, ao problema das garantias e riscos inerentes ao funcionamento dos sistemas de crédito (Simões 1931). Para este autor não havia margem para dúvida sobre as consequências da crise na desorganização do sistema bancário, devido às falências e insolvências que tinha provocado, obrigando a pensar de nova maneira os problemas da prudência e dos riscos de crédito e, em geral, a questão das garantias de funcionamento dos bancos em tempo de crise.

Mas este último trabalho, não obstante a sua motivação académica, enquadra-se melhor na variedade de escritos produzidos em Portugal nos anos da Grande Depressão, vocacionados para a constatação da gravidade da crise e para a

⁶ Sobre o significado da obra de Aftalion, um dos autores mais influentes na generalidade dos autores portugueses que escreveram sobre crises e ciclos económicos, cf. Dangel and Raybaut 1997.

apresentação de propostas políticas que permitissem atenuar ou evitar os seus efeitos no nosso país.⁷ É importante registar que entre os diversos autores e publicistas que na época se debruçaram sobre a natureza da crise, prevalecia quase sempre a ideia corrente de um fenómeno que integrava diversas dimensões (política, monetária, social, psicológica), com uma insistência especial no problema do desajustamento entre abundância de oferta e escassez de procura. Ou seja, o que estava essencialmente em causa na revelação sintomática de uma crise seria a adaptação da produção às necessidades expressas nos mercados. Sem a sofisticação analítica presente na obra de João Pinto da Costa Leite, que será discutida na próxima secção, as explicações parecem convergir no entendimento da crise como um fenómeno de sub-consumo e de falta de poder aquisitivo das populações. Porém, o que para esses autores realmente importava era discutir a crise na perspectiva das suas implicações para a análise da realidade política e económica em Portugal e para o desenho de soluções de reforma.⁸

3. A TEORIA DAS CRISES ECONÓMICAS DE J. P. DA COSTA LEITE

É neste panorama global de reflexão que se enquadra a contribuição para a análise teórica das crises feita por João Pinto da Costa Leite (*Lumbrales*), a qual corresponde à dissertação de concurso para professor catedrático que apresentou à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1933. Trata-se de uma obra que, apesar de não trazer elementos de originalidade face à produção teórica contemporânea, constitui um excelente balanço crítico das principais abordagens desenvolvidas pela ciência económica com vista à interpretação dos ciclos e flutuações económicas. A relevância que o livro de Costa Leite indiscutivelmente merece não teve na época reconhecimento apropriado, devido à escassez de

⁷ Este tema dos efeitos da Grande Depressão em Portugal não constitui aqui objecto de atenção. Sem pretensões de exaustão bibliográfica, entre os textos mais importantes para se compreender o impacto da Grande Depressão na economia e no desenvolvimento da política económica em Portugal, cf. Lains 2003, Lopes 2004, Marques 1988, Miranda 1987, Nunes e Brito 1990, Reis 1995, Rosas 1986, Silveira 1982 e Valério 1994.

⁸ A título meramente exemplificativo vejam-se os testemunhos de Correia 1932 e Sousa 1933. Para uma apreciação de conjunto sobre o significado desta literatura económica produzida em Portugal no início da década de 1930 cf. Cardoso 2012.

reflexão teórica que caracterizava o ambiente universitário onde um livro deste tipo poderia ser discutido. Vale a pena resgatá-lo desse esquecimento.⁹

Começa o autor por testemunhar a oportunidade do problema em análise:

Poucos problemas oferecem hoje, em economia, interesse igual ao do das crises. Não é apenas pela actualidade de que o reveste uma crise que atingiu uma intensidade desusada; é que o problema das crises ou problema dos ciclos, como em geral se prefere agora dizer, encerra em si um tão grande número de questões fundamentais, que se pode afirmar ser um dos problemas basilares da ciência económica (Leite 1933, 1).

Apesar da motivação ser tão óbvia e oportuna, Costa Leite não volta a referir-se a quaisquer sinais ou sintomas da Grande Depressão que no início da década de 1930 se exibiam com enorme impacto e “intensidade desusada”. A sua abordagem é deliberadamente distante da realidade, não ostenta qualquer preocupação de índole prática ou política, não procede a diagnósticos ou soluções, apenas se interessa pelo tratamento do problema das crises no plano teórico. E a definição que ao longo do livro vai acompanhando o seu raciocínio é a de que a crise corresponde a uma fase de um movimento de alternância entre prosperidade e depressão, num processo de evolução económica de carácter descontínuo:

Essas oscilações que se sucedem constantemente umas às outras, traduzem-se assim por uma alternativa de prosperidade e depressão cortados, no momento de passagem daquela para esta, de manifestações agudas de desequilíbrio económico. São esses momentos de transição, em que o desequilíbrio se manifesta de uma maneira mais viva, que constituem as crises cíclicas (16).

A ideia básica é a de que existem momentos em que se verifica a impossibilidade de adaptação simultânea e harmónica dos elementos do sistema económico às novas condições resultantes de tendências de longa duração. Neste

⁹ A própria historiografia do pensamento económico não tem sido pródiga em abordagens do significado desta obra. As excepções são dada por Ferreira 1990 e Bastien 2001.

sentido, a análise das crises é também o estudo do que pode ou deve ser minimizado ou evitado, de modo que os efeitos da sua ocorrência possam ser eficazmente prevenidos.

Nos capítulos iniciais do livro, Costa Leite refere-se à polémica Say-Malthus-Sismondi, a propósito da ocorrência de crises de sobreprodução, que utiliza como exemplo de um primeiro debate teórico em que se demonstra a importância do fenómeno. Procede ainda a uma descrição das fases do ciclo (“prosperidade, crise ou regressão, depressão e renascimento”)¹⁰ e discute o problema da diferente periodicidade das crises, desde os ciclos curtos de Juglar aos ciclos longos de Kondratieff. Refere-se também ao carácter internacional das crises como revelação da comunicação entre as diversas economias nacionais e como sinal da gravidade que a sua ocorrência transmite, sobretudo nos países com estrutura industrial mais desenvolvida.

Costa Leite considera que o tratamento quantitativo e empírico das crises, mediante observação das oscilações da actividade económica, das variações dos preços e sua apresentação em séries estatísticas, constitui elemento essencial para o seu conhecimento. Daí a admiração que lhe merecem as contribuições que privilegiam este tipo de abordagem, designadamente de Juglar, Mitchell e Kuznets. Todavia, considera indispensável uma abordagem teórica que situe o problema em dimensão analítica e que explique as causas da ocorrência de crises, não numa perspectiva de causalidade directa e unívoca, mas mediante a consideração das relações recíprocas entre os diversos elementos da organização económica.¹¹

As explicações são diversas e podem privilegiar o lado da organização da produção, ou o lado da repartição da riqueza e possibilidade de consumo, ou ainda a esfera da circulação monetária. Para Costa Leite, “à medida que iam aparecendo as diversas teorias sobre as crises ia-se pondo em destaque este facto:

¹⁰ Os termos usados por Costa Leite afastam-se ligeiramente da terminologia habitualmente utilizada na descrição das fases do ciclo económico, a saber: fase ascendente (prosperidade ou expansão), momento de passagem ou ponto de inflexão da fase ascendente à fase descendente (crise), fase descendente (depressão ou contracção), e momento de passagem ou ponto de inflexão da depressão à prosperidade (recuperação ou retoma).

¹¹ A abordagem que efectua é regularmente pontuada por referências às obras de Aftalion 1913 e Lescure 1910 que comprovadamente constituem a sua fonte de inspiração.

a impossibilidade de atribuir a responsabilidade das crises a um único elemento da organização económica” (55-6).

O seu ponto de partida é o equilíbrio característico da análise tradicional em economia e a verificação das condições e factores que impedem que esse equilíbrio se mantenha. Ou seja, para Costa Leite não é possível conceber as crises fora da teoria do equilíbrio, pois só deste modo se compreende como foi o equilíbrio perturbado:

Se nós concebemos os ciclos como podendo ser movimentos de adaptação da estrutura económica às modificações que os seus elementos vão sofrendo, e se pensarmos que a maneira por que os ciclos se desenvolvem tem variado com as modificações daquela estrutura, veremos como a teoria do equilíbrio fornece o verdadeiro caminho para a solução do problema (59).

Segundo a argumentação teórica básica seguida por Costa Leite, perante uma circunstância nova que afecta o funcionamento e a organização da estrutura económica, esta é agitada por uma espécie de movimentos ondulatórios que provocam modificações do equilíbrio inicial.¹² Tais movimentos resultam, afinal, da impossibilidade de todos os elementos da estrutura económica se readaptarem de forma instantânea às novas condições originadas pelo impacto de uma força ou circunstância exterior.

A principal tese que advoga no seu livro, e que constitui a essência do seu raciocínio teórico, é a de que o alongamento e extensão do processo produtivo, como resultado do progresso técnico (uma influência clara da teoria austríaca do capital que o autor não refere explicitamente) dá origem a modificações muito significativas na organização da actividade económica, com perturbações do equilíbrio económico entre produção e consumo e do funcionamento regular do sistema monetário e do sistema de crédito. Por outras palavras, o dinamismo crescente da vida económica torna cada vez mais complexa e difícil a realização dos circuitos que caracterizam a esfera real e a esfera monetária da economia:

¹² As influências que explicitamente reconhece nesta alusão à necessidade de explicar as crises como fenómenos de perturbação do equilíbrio – o que implica a adopção de princípios teóricos claros na análise do equilíbrio – são as de Marco Fanno, Pigou e Wagemann.

As perturbações ocorrem incessantemente do lado das mercadorias – por um excesso da produção de determinados bens de produção ou de consumo, por deficiências ou excessos na constituição das reservas, por retraimentos bruscos no consumo ou pela sua brusca expansão – e do lado do circuito monetário – por qualquer abalo da confiança do público sobre a moeda, por um retraimento brusco do crédito que vai sufocar um ciclo produtivo já iniciado, ou por qualquer outro motivo (81).

Começando pela economia real, Costa Leite procede a uma análise cuidadosa, quer da distinção entre bens de consumo e bens de produção, quer das perturbações provocadas pelos desajustamentos temporais na procura e oferta destes tipos de bens. E a conclusão a este respeito é muito clara:

Se certas crises podem atribuir-se a exageros na produção de capitais fixos e bens instrumentais [leia-se: bens de capital] determinados pela insuficiência da taxa de lucros como indicadora das condições do mercado, o que é certo é que é sempre o consumo que põe um limite à baixa de preços e da actividade produtora (103).

Uma vez mais, Costa Leite mantém uma implícita aceitação das orientações da escola austríaca e da análise da imputação do valor segundo a qual os bens de produção devem a sua existência e o seu valor às necessidades de bens de consumo que esses bens de capital permitem produzir. Ou seja, o consumo é o determinante principal da organização da vida económica, no pressuposto de que nada se produz que não possa ter escoamento no mercado. Ainda segundo as suas palavras:

O consumo é a razão de ser de toda a produção, e não há economias ou poupanças possíveis senão em dependência de uma criação de riquezas cujo fim é a satisfação, cada vez mais completa, das necessidades humanas (105).

Nestes desenvolvimentos, Costa Leite critica a visão mais favorável à explicação das crises pelo lado do sobreinvestimento e excesso de bens de capital patente nas obras de Tugan-Baranowsky e Spiethoff, as quais, conforme atrás referido, tinham colhido a simpatia de Bento Carqueja (1926).

No que se refere à interpretação das crises tendo por base o funcionamento da esfera monetária e o sistema de crédito, o pressuposto básico seguido pelo autor decorre da aceitação de um equilíbrio geral de tipo walrasiano em que as condições de equilíbrio nos mercados de bens de consumo final e bens de capital terão de verificar-se igualmente no mercado de capitais e de crédito. Uma vez que os bancos e o sistema de crédito estabelecem a intermediação entre os agentes detentores de poupança e os agentes interessados em investir, é essencial garantir a fluidez do sistema.

Costa Leite expõe a teoria monetária das crises desenvolvida por Hawtrey (1928), considerando inadequada a explicação do ciclo económico por factores meramente monetários, designadamente no que se refere ao vínculo das moedas nacionais ao sistema de padrão-ouro, ou à interpretação das fases de prosperidade e depressão como meros resultados da facilidade ou dificuldade de obtenção de crédito no mercado bancário. Por isso, parece-lhe mais adequada a explicação avançada por Keynes (1930), para quem o deficiente funcionamento dos sistemas de crédito ou de pagamentos internacionais não implicava a negação da importância dos factores reais para a explicação das crises. Costa Leite aceita a interpretação de Keynes sobre o facto da inflação não depender da quantidade de moeda em circulação, mas sim da relação entre a quantidade de bens procurada no mercado e a disponibilidade de tais bens resultante das decisões de investimento. Pode assim concluir que:

Parece-nos ter demonstrado que os fenómenos cíclicos não podem atribuir-se apenas a causas monetárias, antes de tudo o exposto se vê a confirmação da chamada teoria estrutural, que atribui as crises às reacções da estrutura económica perante excitações de vária ordem que pode receber. Como o sistema monetário é uma parte fundamental dessa estrutura, reflecte as oscilações cíclicas e tem no seu desenvolvimento um papel fundamental, o que, no entanto, não autoriza a considerar os fenómenos monetários e de crédito como a causa inicial, o motor das oscilações e das crises (179-80).

A terminar o seu notável livro, Costa Leite procede a um resumo das suas indagações e alerta para a importância da teoria do desenvolvimento de Schumpeter (1911) e para o papel do empresário na descoberta permanente de novas

oportunidades através de procedimentos inovadores, ou seja, de substituição de velhas estruturas por novas estruturas. Tais inovações equivalem a processos de ajustamento que estabelecem as condições de estabilidade inicial perante equilíbrios que se romperam. É graças ao papel perturbador das inovações durante as fases ascendente e descendente do ciclo que o sistema económico gera, por ele próprio, os elementos que conduzem à sua transformação e mudança.

Saliente-se que na sua digressão teórica sobre a teoria das crises, Costa Leite não arrisca nenhuma explicação mais ousada sobre o significado da Grande Depressão então em curso. Nesta matéria limita-se a acompanhar aquilo que era a tendência dos economistas integrados na tradição neoclássica, esperando que os equilíbrios perdidos se restabelecessem. Segundo a sabedoria convencional, a Grande Depressão era uma espécie de preço a pagar ou castigo a penar pela rigidez de preços e salários, pelos obstáculos institucionais e políticos ao livre jogo das forças do mercado e à verificação dos pressupostos da lei dos mercados de Say. Num mundo económico perfeito os desequilíbrios seriam sempre de natureza passageira, pelo que a crise depressionária seria rapidamente ultrapassada se os mercados não fossem perturbados por interferências espúrias.¹³

Todavia, o encontro de Costa Leite com as obras de Hawtrey, Hayek, Keynes e Schumpeter, entre outros nomes cruciais para o desenvolvimento da ciência económica no século xx, é bem revelador da modernidade e actualidade das referências do autor português que, lamentavelmente, não prosseguiu este tipo de incursões no domínio da teoria económica. Os fundamentos teóricos que revela saber interpretar e manusear só muito raramente voltariam a ser demonstrados. A sua arrojada agenda de investigação foi subitamente interrompida e a sua energia intelectual canalizada para missão militante de defesa do sistema económico corporativo¹⁴ e de participação activa em organismos estruturantes do Estado Novo (União Nacional, Legião Portuguesa e Câmara Corporativa), para além das inicialmente referidas funções ministeriais em governos de

¹³ Sobre esta e outras limitações de análise dos economistas contemporâneos da Grande Depressão, cf. Parker 2007, 4-11.

¹⁴ O livro mais importante que revela esta faceta de ideólogo e mentor do sistema corporativo português é Leite 1936.

Salazar. O regime ganhou um servidor qualificado, mas a ciência económica perdeu um bom praticante. Quando em 1955 retomou a sua actividade de Professor na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, eram já outros os ambientes onde se cultivava a modernidade do desenvolvimento da ciência económica em Portugal.

4. EPÍLOGO

O panorama da teoria (ou melhor, das teorias) das crises apresentado por Costa Leite acompanha a percepção que na época se tinha e construía, nos principais centros universitários e ambientes internacionais de produção de ciência económica, sobre a diversidade de explicações disponíveis. E também confirma a convicção então corrente de que o carácter científico da economia não exigia um modelo explicativo único para fenómenos tão complexos como eram os das crises económicas. A manifestação exuberante da Grande Depressão encheu de perplexidade economistas que viam fugir o terreno que pisavam e que, por isso, necessitavam de sistematizar todas as possíveis formas de captar a essência do fenómeno, nas suas múltiplas causas e consequências. O acontecimento que melhor traduz a preocupação em se conhecer aprofundadamente esse terreno fugidio foi a encomenda que no início da década de 1930 a Liga das Nações fez ao já então reputado economista austríaco Gottfried Haberler para produzir um trabalho de síntese sobre as diversas abordagens teóricas dos movimentos cíclicos que faziam as economias oscilar entre prosperidade e depressão.¹⁵ Iniciado em 1934, o *survey* de Haberler (1937) percorre de forma sistemática e extraordinariamente pedagógica as múltiplas teorias do ciclo que os economistas tinham à sua disposição e que não se excluía mutuamente: teoria puramente monetária (essencialmente protagonizada por Hawtrey); teoria do sobre-investimento explicado por causas monetárias (Hayek, von Mises, Machlup e Robbins, entre outros), ou por causas não-monetárias (Spiethoff e Cassel), ou por choques de aceleração da procura (Aftalion, Fanno, Harrod, entre outros); teoria das variações de custos

¹⁵ Sobre a importância da obra de Haberler cf. Boianovsky 2000. Para uma abordagem de conjunto das diversas contribuições e correntes de pensamento económico do período cf. Laidler 1999.

de produção e sobre-endividamento (exemplificada por Taussig, Pigou e Mitchell); teoria do sub-consumo (na tradição de Malthus-Sismondi prosseguida por Hobson e Lederer); teoria psicológica (Aftalion, Keynes, Pigou, Taussig); e teoria do ciclo de colheitas (tal como preconizada por Jevons no terceiro quartel do século XIX). O objectivo de Haberler não era o de adoptar um *canon* único, mas sim o de proporcionar um amplo roteiro feito de diversos caminhos interpretativos.

Sem ter a ambição compendiadora de Haberler (1937), o livro de Costa Leite (1933) já havia percorrido semelhante trajecto motivado por idêntica preocupação em criar um consenso explicativo assente na aceitação de um princípio heurístico de diversidade ecléctica. Por outras palavras, as crises explicar-se-iam tanto melhor quanto maior fosse o leque de factores determinantes à disposição dos economistas. Por isso, é inegável o mérito que lhe assiste, sobretudo se tivermos em atenção que Costa Leite escrevia em ambiente pouco propício a exercícios de reflexão teórica.

Nem Haberler nem Costa Leite podiam antecipar o superior alcance e ambição da obra de John Maynard Keynes, na qual a diversidade de explicações sobre perturbações do equilíbrio viria a ser substituída por um novo e singular entendimento sobre a determinação do equilíbrio de emprego e rendimento no curto prazo, impondo uma diferente abordagem ao problema das inflexões a que as fases ascendentes e descendentes do ciclo podem estar sujeitas (Keynes 1936).¹⁶ Era essa a consequência derradeira que a Grande Depressão provocava no desenvolvimento da teoria económica e, naturalmente, aquela que ditaria uma renovação profunda na forma de análise dos fenómenos de equilíbrio e, em geral, de análise das condições de funcionamento dos mercados e das relações entre agentes económicos e o Estado.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011)

¹⁶ No caso de Haberler, a sua obra foi objecto de posteriores edições que passaram a referenciar as contribuições inovadoras de Keynes. Sobre este assunto cf. Boianovsky e Trautwein 2006.

REFERÊNCIAS

- Aftalion, Albert, 1913. *Les crises périodiques de surproduction*. Paris: Librairie Marcel Rivière.
- Aftalion, Albert, 1927. *Monnaie, prix et change*. Paris: Librairie di Recueil Sirey.
- Bastien, Carlos, 2001. «João Pinto da Costa Leite (Lumbrals)». In: José Luís Cardoso (ed.), *Dicionário Histórico de Economistas Portugueses*. Lisboa: Temas e Debates, 181-3.
- Bastos, Francisco José Teixeira, 1894. *A Crise. Estudo sobre a situação política, financeira, económica e moral da nação portuguesa nas suas relações com a crise contemporânea*. Lisboa: Tipografia de A. J. da Silva Teixeira.
- Boianovsky, Mauro, 2000. «In search of a canonical history of macroeconomics in the interwar period. Haberler's *Prosperity and Depression* revisited». In Michalis Psalidopoulos (ed.), *The Canon in the History of Economics. Critical Essays*. London: Routledge, 156-179.
- Boianovsky, Mauro and Hans-Michael Trautwein, 2006. «Haberler, the League of Nations and the Quest for Consensus in Business Cycle Theory in the 1930's». *History of Political Economy*, 38:1, 45-89.
- Burnay, M. Ortigão, 1928. *Aspectos da Crise Portuguesa*. Lisboa: ed autor.
- Caetano, Marcello, 1931. *A Depreciação da Moeda depois da Guerra*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Campos, Ezequiel de, e Quirino de Jesus. 1923. *A Crise Portuguesa. Subsídios para a Política de Reorganização Nacional*. (Nova edição: Ezequiel de Campos, *Textos de Economia e Política Agrária e Industrial (1918-1944)*, dir. ed. Fernando Rosas. Lisboa: Banco de Portugal, 1998, 46-185.
- Cardoso, José Luís, 2012. «The Great Depression in Portugal: diagnoses and remedies». In: Michalis Psalidopoulos (ed.). *The Great Depression in Europe: Economic Thought and Policy in a National Context*. Athens: Alpha Bank, 361-393.
- Carqueja, Bento, 1926. *Economia Política*. Porto: Oficina do Comércio do Porto (Tomo II).
- Chorão, Luís Bigotte, 2009. *A Crise da República e a Ditadura Militar*. Lisboa: Sextante Editora.
- Constâncio, Francisco Solano, 1821. «Lettres à M. Malthus, etc. ou Cartas a M. Malthus sobre diversos assuntos de economia política, e particularmente, sobre as causas da estagnação do comércio. Por J.B. Say etc., Paris, 1820». *Anais das Ciências, das Artes e das Letras*, Tomo XII, Parte I, 28-51 [nova edição: Francisco Solano Constâncio, *Leituras e Ensaios de Economia Política (1808-1842)*, dir. ed. José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1995].
- Cordeiro, J.A. da Silva, 1896. *A Crise em seus Aspectos Morais. Introdução a uma Biblioteca de Psicologia Individual e Colectiva*. Coimbra: França Amado Editor.
- Correia, José Dias de Araújo, 1932. *A Crise nos seus Aspectos Económico e Social*. Lisboa: Tipografia da Empresa do Anuário Comercial.
- Cruz, João Perpétuo da, 1925. *A crise económica. Seus aspectos essenciais*. Lisboa: Edições Spartacus.
- Dangel, Cécile and Alain Raybaut, 1997. Albert Aftalion's macrodynamic theory of endogenous business cycles. *Journal of the History of Economic Thought*, 19:1, 71-92.
- Ferreira, Rui Viseu, 1990. «Consequências da crise de 1929 no pensamento económico em Portugal: Costa Leite e a teoria das crises». In: António Almodovar (org.), *Estudos sobre o Pensamento Económico em Portugal*. Porto: Faculdade de Economia, 207-226.

- Haberler, Gottfried, 1937. *Prosperity and Depression: A Theoretical Analysis of Cyclical Movements*. Geneva: League of Nations.
- Hawtrey, Ralph G., 1928. *Trade and Credit*. London: Longmans Group.
- Juglar, Clément, 1862. *Des Crises commerciales et leur retour periodique en France, en Angleterre, et aux Etats-Unis*. Paris: Guillaumin.
- Keynes, John Maynard, 1930. *A Treatise on Money*. London: Macmillan.
- Keynes, John Maynard, 1936. *The General Theory of Employment, Interest and Money*. London: Macmillan.
- Laidler, David, 1999. *Fabricating the Keynesian Revolution. Studies in the Inter-War Literature on Money, the Cycle and Unemployment*. Cambridge and New York; Cambridge University Press.
- Lains, Pedro, 2003. *Os Progressos do Atraso. Uma Nova História de Portugal, 1842-1992*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais (Cap. 5: A economia portuguesa entre as duas guerras mundiais, 147-67).
- Leite (Lumbrals), João Pinto da Costa, 1933. *Ensaio sobre a Teoria das Crises Económicas*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Leite (Lumbrals), João Pinto da Costa, 1936. *A Doutrina Corporativa em Portugal*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Lescure, Jean, 1906. *Des crises générales et périodiques de surproduction*. Paris: Larose et Tenin.
- Lopes, José da Silva, 2004. *A Economia Portuguesa no Século XX*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Lucena, Manuel, 2000. «Salazar». In António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, Vol.IX, 283-368.
- Marques, Alfredo, 1988. *Política económica e desenvolvimento em Portugal (1926-1959): as duas estratégias do Estado Novo no período de isolamento nacional*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Miranda, Sacuntala, 1987. «Crise económica, industrialização e autarcia na década de 30». In: AA.VV., *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia, 1926-1959*. Lisboa: Fragmentos, Volume I, 249-258.
- Nunes, Ana Bela e José Maria Brandão de Brito, 1990. «Política económica, industrialização e crescimento». In: Fernando Rosas (coord.), *Nova História de Portugal, Vol. XII – Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Lisboa: Editorial Presença, 306-51.
- Parker, Randall E., 2007. *The Economics of the Great Depression. A Twenty-First Century Look Back at the Economics of the Interwar Era*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Reis, Jaime, 1995. «Portuguese banking in the inter-war period». In: Charles Feinstein (ed.), *Banking, Currency, and Finance in Europe between the Wars*. Oxford: Clarendon Press, 472-501.
- Ribeiro, José Joaquim Teixeira, 1934. *A Teoria Económica dos Monopólios*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Rosas, Fernando, 1986. *O Estado Novo nos Anos Trinta. Elementos para o Estudo da Natureza Económica e Social do Salazarismo (1928-1938)*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Schumpeter, Joseph A., 1911. *The Theory of Economic Development*. London and New York: Oxford University Press (English translation, 1934).

- Silveira, Joel Frederico, 1982. «Alguns aspectos da política económica do fascismo: 1926-1933 (da crise de sobreprodução ao condicionamento industrial)». In: AA.VV., *O Fascismo em Portugal* (Actas do Colóquio da Faculdade de Letras, Março 1980). Lisboa: A Regra do Jogo, 341-399.
- Simões, Raúl Humberto de Lima, 1931. *A crise bancária portuguesa e a defesa do crédito*. Lisboa. Oficina Gráfica do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.
- Sousa, Albano, 1933. «Crise industrial: seus factores e soluções». In *1.º Congresso da Indústria Portuguesa. Teses e Comunicações*. Lisboa: Empresa do Anuário Comercial.
- Sousa, J. F. Marnoco, 1907. *O Capitalismo Moderno*. Coimbra: França Amado.
- Tugan-Baranowsky, M., 1913. *Les crises industrielles en Angleterre*. Paris: M. Giard et E. Brière (translated by J. Shapiro, revised by the author).
- Ulrich, Ruy Ennes, 1902. *Crises Económicas Portuguesas*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Valério, Nuno, 1994. *As Finanças Públicas Portuguesas entre as duas Guerras Mundiais*. Lisboa: Cosmos. (versão mimeo em 1982).